

4
32

NOTAS AO BALANÇO
E
À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(Modelo 13/TC - Código do POCAL: 8.2)



4
2
5

**PONTO 8 DO POCAL: ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANO DE 2019**

8.1. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

8.1.1. Identificação

Designação: Município de Portel
NIF: 506 196 445
Endereço: Praça D. Nuno Álvares Pereira
7220-375 Portel

8.1.2. Legislação

A legislação que fundamenta a constituição, a orgânica e o funcionamento do Município é a Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5/2002 e pela Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.

8.1.3. Estrutura Organizacional

Para os efeitos do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, o Município de Portel aprovou e publicou no Diário da República, 2ª série, nº 14 de 20/01/2011, a estrutura interna da organização dos serviços da Câmara Municipal de Portel, aprovada em reunião do executivo municipal de 29/12/2010, previamente aprovada em sessão da Assembleia Municipal de 20/12/2010.

Esta mesma estrutura interna da organização dos serviços da Câmara Municipal de Portel foi posteriormente adequada e publicada no Diário da República, 2ª série, nº 43 de 01/03/2013, aprovada em reunião do executivo municipal de 19/12/2012 e aprovada em sessão da Assembleia Municipal de 28/12/2012.

8.1.4. Descrição Sumária das Atividades

O Município de Portel tem como missão o exercício de atividades e competências decorrentes da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pelos seguintes diplomas legais: Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro; Lei nº 67/2007, de 31 de dezembro; Lei Orgânica nº 1/2011, de 30 de novembro; e Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

8.1.5. Recursos Humanos

A 31/12/2019, e de acordo com os dados apurados, o quadro de pessoal era composto por 245 funcionários.

O órgão executivo da Câmara Municipal de Portel é constituído por um presidente, um vice-presidente e 3 vereadores, eleitos em 1 de outubro de 2017 (mandato 2017/2021):

José Manuel Clemente Grilo (Presidente)
Maria Luísa Leonço Farinha (Vice-Presidente)
Jorge Miguel Nunes Cravidão (Vereador), até 26-06-2018, substituído por
Vitória Augusta da Silva Pinheiro Esturra (Vereadora), a partir de 27-06-2018
Carlos Manuel Zambujo Couquinha (Vereador)
Luís Miguel Caeiro Tojo (Vereador)

8.1.6. Organização Contabilística

O sistema contabilístico utilizado no Município de Portel é o POCAL, implementado através da aplicação de contabilidade disponibilizado pela AIRC, possibilitando o cumprimento no disposto no Decreto-lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro.

8.1.7. Outra Informação Relevante

Tendo em conta a Resolução nº 4/2001 da 2ª Secção do Tribunal de Contas, somos a salientar:

- a) Participação do Município nos Impostos do Estado de 2019

Unid: Euros

Designação	Valor recebido pelo Município
Fundo de Equilíbrio Financeiro – Corrente	5.500.337,03
Fundo de Equilíbrio Financeiro – Capital	611.149,00
Fundo Social Municipal	131.731,00
Participação no IRS	103.145,00
Total	6.346.362,03

- b) Mensalmente, trimestralmente, anualmente e sempre que solicitado, conforme os mapas e os períodos solicitados, o Município de Portel informa a DGAL, através da aplicação informática SIIAL.
- c) Foram realizadas ações inspetivas e/ou solicitados elementos ou esclarecimentos.

8.2. NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Nota introdutória

As demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2019 foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos fundamentais previstos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2002, aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 162/99, de 14 de setembro,

pelo Decreto-Lei nº 315/2000, de 2 de dezembro, pelo Decreto-Lei nº 84-A/2002, de 5 de abril e Lei nº60-A/2005, de 30 de dezembro.

As notas apresentadas neste documento correspondem à numeração definida no POCAL. Aquelas cuja numeração se omite, não são aplicáveis ao Município de Portel, ou a sua apresentação não se considera relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

8.2.3. Critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do Balanço e da Demonstração de Resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões

- a) As disponibilidades são relevadas pelos montantes recebidos e pelos saldos de todas as contas bancárias à data de 31/12/2019.
- b) As existências são valorizadas ao custo de aquisição. O sistema de custeio utilizado na valorização das saídas de armazém é o do custo médio ponderado.
- c) As dívidas de e a terceiros são registadas pelo valor bruto dos documentos que as fundamentam.
- d) Os critérios de valorização do imobilizado são os consagrados no ponto 4 do POCAL, nomeadamente a valorização do ativo imobilizado através do custo de aquisição ou custo de produção. São ainda tidas em conta as normas definidas no Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (Portaria nº 671/2000, de 17 de abril, 2ª série – CIBE), nomeadamente, o inventário de bens do ativo imobilizado, com carácter permanente, que não se destinam a ser vendidos, nomeadamente:
 - . O Cadastro e Inventário dos Bens Móveis do Estado (CIME);
 - . O Cadastro e Inventário dos Veículos do Estado (CIVE);
 - . O Cadastro e Inventário dos Imóveis e Direitos do Estado (CIIDE).
- e) O imobilizado em curso está registado ao custo de aquisição ou produção durante a fase de construção e a sua transferência para imobilizado depende da conclusão total do investimento.
- f) O método de cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes, sendo aplicadas as taxas e disposições referidas no CIBE.
- g) As rubricas de acréscimos e diferimentos, os proveitos e os custos são, na sua maioria, reconhecidos quando obtidos ou assumidos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, respeitando o princípio da especialização dos exercícios.
- h) No caso dos proveitos diferidos, relativos a subsídios ao investimento, o Município movimenta, anualmente, para a conta “79.8.3 – Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários” na mesma medida que são contabilizadas as amortizações do Imobilizado.

F. J. A. G.

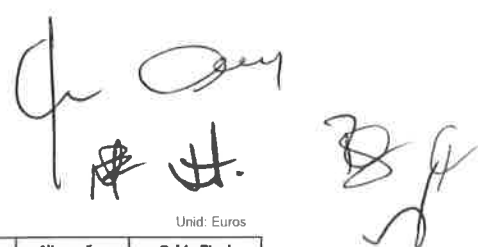
8.2.7. Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do Balanço e nas respectivas amortizações e provisões, de acordo com os quadros seguintes

Ativo bruto

Unid: Euros

Rubricas		Saldo Inicial	Reavaliação /Ajustam.	Aumentos	Afetações	Sinistros +abates+Transf	Saldo Final
451	Terrenos e recursos naturais	101.160,18					101.160,18
452	Edifícios						
453	Outras construções e infraestruturas	35.577.835,56				1.054.590,47	36.632.426,03
455	Bens do património histórico, artístico e cultural						
459	Outros bens de domínio público						
445	Imobilizações em curso	274.215,85		493.501,37		(503.102,60)	264.614,62
446	Adiantamentos por conta de bens do domínio público						
		35.953.211,59		493.501,37		551.487,87	36.998.200,83
431	Despesas de instalação	38.340,00				43.114,20	81.454,20
432	Despesas de investigação e desenvolvimento						
433	Propriedade industrial e outros direitos						
443	Imobilizações em curso	13.379,94		29.734,26		(43.114,20)	
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas						
		51.719,94		29.734,26			81.454,20
421	Terrenos e recursos naturais	747.469,89			1.899,90	8.980,00	754.549,99
422	Edifícios e outras construções	22.464.205,70		68.167,25		525.725,67	23.058.098,62
423	Equipamento básico	1.269.881,50		39.841,77		14.495,55	1.324.218,82
424	Equipamento de transporte	1.613.445,60		266.897,70	12.469,95	(10.357,70)	1.857.515,65
425	Ferramentas e utensílios	104.710,20		9.496,64		(3.437,85)	110.768,99
426	Equipamento administrativo	2.780.483,67		182.981,64			2.963.465,31
427	Taras e vasilhame						
429	Outras imobilizações corpóreas	347.072,19		12.254,10			359.326,29
442	Imobilizações em curso	820.149,12		1.874.511,81		(1.075.413,54)	1.619.247,39
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas						
		30.147.417,87		2.454.150,91	14.369,85	(540.007,87)	32.047.191,06
411	Partes de capital						
412	Obrigações e títulos de participação	295.434,00					295.434,00
4141	Invest. em imóveis – Terrenos e recursos naturais	22.630,00					22.630,00
4142	Invest. em imóveis – Edifícios e outras construções	67.890,00		25.000,00		(25.000,00)	67.890,00
4151	Outras aplic. financeiras – Depósitos em instituições financeiras						
4152	Outras aplic. financeiras – Títulos de dívida pública						
4153	Outras aplic. financeiras – Outros títulos						
441	Imobilizações em curso						
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros						
		385.954,00		25.000,00		(25.000,00)	385.954,00
	TOTAL GERAL	66.538.303,40		3.002.386,54	14.369,85	(13.520,00)	69.512.800,09

Amortizações e provisões



Unid: Euros

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Saldo Final
De bens de domínio público	485			
Terrenos e recursos naturais	4851			
Edifícios	4852			
Outras construções e infraestruturas	4853	21.720.365,73	1.347.211,05	23.067.576,78
Bens do património histórico, artístico e cultural	4855			
Outros bens de domínio público	4859			
	21.720.365,73	1.347.211,05		23.067.576,78
De imobilizações incorpóreas	483			
Despesas de instalação	4831	38.340,00		38.340,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	4832			
Propriedades industrial e outros valores	4833			
	38.340,00			38.340,00
De imobilizações corpóreas	482			
Terrenos e recursos naturais	4821			
Edifícios e outras construções	4822			
Edifícios	48221	5.984.640,89	724.873,88	6.709.514,77
Outras construções	48222			
Equipamento básico	4823	919.477,99	90.644,52	1.010.122,51
Equipamento de transporte	4824	1.184.695,89	98.802,13	1.271.029,07
Ferramentas e utensílios	4825	101.236,26	3.561,01	104.797,27
Equipamento administrativo	4826	2.240.622,26	170.321,16	2.410.943,42
Taras e vasilhame	4827			
Outras imobilizações corpóreas	4829	253.635,65	20.167,81	273.803,46
	10.684.308,94	1.108.370,51	12.469,95	11.780.209,50
De investimentos em imóveis	481			
Terrenos e recursos naturais	4811			
Edifícios e outras construções	4812			
Edifícios	48121	25.804,10	2.580,41	28.384,51
Outras construções	48122			
	25.804,10	2.580,41		28.384,51
De investimentos financeiros	49			
Partes de capital	491			
Obrigações e títulos de participação	492			
Outras aplicações financeiras	495			
Depósitos em instituições financeiras	4951			
Títulos de dívida pública	4952			
Outros títulos	4953			
TOTAL GERAL	32.468.618,77	2.458.161,97	12.469,95	34.914.510,79

8.2.12. Informação sobre imobilizações em poder de terceiros, imobilizações em propriedade alheia e imobilizações reversíveis

Imobilizações em curso registadas a 31/12/2019

Unid: Euros

Conta	Designação	Saldo
442	Imobilizações em curso – Imobilizações corpóreas	
44212101	Remodelações em edifícios da aularquia	28.475,37
44212201	Beneficiação em edifícios de colectividades	24.501,90
44212503	Requalificação da Escola EB 2,3 D. João de Portel	1.188.487,16
44212601	Beneficiações em Centros de Dia/Comunitarios	18.764,23
44212707	Beneficiação/Recuperação do Castelo	12.300,00
4422206	Recuperação e Ampliação das Piscinas Municipais Descobertas	269.515,32
442302	Rede de Mobilidade Suave em Portel	77.203,41
445	Imobilizações em curso – Bens de domínio público	
4453111	Requalificação Urbana dos Acessos ao Castelo e sua Envolvente	241.483,73
4453708	Loteamento de Santana	19.907,96
44540101	Recuperação da Ermida de S. Lázaro / Consolação	3.222,93
Total		1.883.662,01

8.2.13. Bens utilizados em regime de locação financeira

Unid: Euros

Descrição	Ativo Bruto			Ano de Aquisição	Amortizações			Ativo Líquido
	Aquisição	Acréscimos	Total		Taxa	Exercício	Acumuladas	
Mini-autocarro Dietrich Mat: 18-RB-18	127.802,73		127.802,73	2016	10%	12.780,27	51.121,08	76.681,65
Autocarro Scania Mat: 23-QQ-62	225.213,00		225.213,00	2016	10%	22.521,30	90.085,20	135.127,80
Autocarro Scania Mat: 68-VZ-84	256.540,00		256.540,00	2019	10%	25.654,00	25.654,00	230.886,00
Total	606.395,73		606.395,73			35.301,57	141.206,28	442.695,45

8.2.15. Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões

Todos os bens de domínio público foram objeto de amortização, à exceção dos terrenos para os quais não está atribuída taxa de amortização conforme Portaria nº 671/2000, de 17 de abril, que aprovou o CIBE – Cadastro de Inventário de Bens do Estado.

8.2.16. Designação e sede das entidades participadas com indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do último exercício em cada uma dessas entidades, com menção desse exercício

De acordo com as instruções emanadas na Resolução nº 26/2013 que veio alterar a Resolução nº 4/2001 – 2ª secção, ambas do Tribunal de Contas, juntam-se os mapas obrigatórios.

Anexo 1

Mapa das participações da entidade

A – Participações em entidades societárias

Entidade participada		Tipo de Entidade	CAE	Capital	Participação no final do exercício			Forma de realização do capital		Obs.
Denominação	NIPC				Valor nominal subscrito	%	Valor nominal realizado	Meios monetários (montante)	Em espécie (montante)	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Fundo de Apoio Municipal	513319182	Outras Pessoas coletivas de direito público	84114	650.000.000,00	295.434,00	0,07%	279.021,00	295.434,00	0,00	a)

a) De acordo com o n.º 2 do artigo 17.º da Lei n.º 53/2014 de 25 de agosto, para o capital social do FAM o Estado contribui com 50% e o conjunto de municípios com 50%. A coluna 7 do quadro apresenta a percentagem de participação do Município de Portel tendo em conta os 100% do capital social do FAM.

B – Participações em entidades não societárias

Entidade participada		Tipo de Entidade	CAE	Capital estat.	Contribuição			Obs.
Denominação	NIPC				Em N**	Forma da realização		
						Meios monet	Em espéc	
1	2	3	4	5	6	7	8	9
AMCAL – Associação Municípios Alentejo Central	503166936	Associação Municípios	94110	N/A*	18.000,00	18.000,00	0,00	12,5%
ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413	Associação Municípios	91333	N/A*	4.359,24	4.359,24	0,00	0,28%
ATLA – Assoc. Transfronteiriça de Municípios Lago Alqueva	507303067	Associação Municípios	91333	N/A*	3.600,00	3.600,00	0,00	2,61%
CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central	509364390	Comunidade Intermunicipal	91333	8.242.320,93	66.749,28	66.749,28	0,00	2,61%

N/A* – Não aplicável

N** - Valor da quota

8.2.21. Informações relevantes na análise do ativo circulante

Na gerência de 2019, registaram-se provisões referentes a elementos do circulante, nomeadamente, provisões para cobranças duvidosas, provenientes de dívidas a terceiros afetos a serviços de venda de água, recolha de resíduos e saneamento.

De acordo com o ponto 2.7.1 – Provisões, do POCAL, a constituição de provisões deve basear-se em dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de seis meses e cujo o risco de incobrabilidade seja justificado. O montante anual acumulado de provisão é determinado de acordo com as seguintes percentagens:

- 50% para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses.

Handwritten signatures and initials in the top right corner of the page.

8.2.22. Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do Balanço

O valor relativo a dívidas de cobrança duvidosa ascende a 251.779,97€, contabilizado na conta 21.8 – Clientes, Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa.

8.2.26. Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e caucões prestadas e recibos para cobrança de acordo com o seguinte mapa

Mapa das contas de ordem

Unid: Euros

Contas		Saldo – Gerência anterior		Movimento anual		Saldo – Gerência seguinte	
Código	Designação	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Garantias e caucões							
093	Garantias e Cauções de Terceiros						
0932	Garantias e Cauções de Terceiros - Prestadas						
09321	Prestadas por Fornecedores de c/c						
09322	Prestadas por Fornecedores de imobilizado						
09323	Prestadas por Outros Credores						
0933	Garantias e Cauções de Terceiros - Devolvidas						
09331	Devolvidas a Fornecedores de c/c						
09332	Devolvidas a Fornecedores de imobilizado						
09333	Devolvidas a outros credores						
0934	Garantias e Cauções de Terceiros - Acionadas						
09341	Acionadas a Fornecedores de c/c						
09342	Acionadas a Fornecedores de imobilizado						
09343	Acionadas a outros credores						
Total de Garantias e Cauções							
Recibos para Cobrança							
092	Recibos para Cobrança (Receita virtual)						
0921	À responsabilidade do tesoureiro	106.369,46			362,98	106.006,48	
0922	À responsabilidade de outros agentes		20,21		12,47		32,68
Total de Recibos para Cobrança			106.349,25		375,45		105.973,80
Total			106.349,25		375,45		105.973,80

8.2.27. Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício, de acordo com o quadro seguinte

Unid: Euros

Código das contas	Descrição	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo final
19	Provisões para aplicações de tesouraria				
291	Provisões para cobranças duvidosas	238.166,59	12.736,67		250.903,26
292	Provisões para riscos e encargos	1.244.210,21			1.244.210,21
39	Provisões para depreciação de existências				
49	Provisões para investimentos financeiros				

8.2.28. Explicação e justificação dos movimentos ocorridos em cada uma das contas da classe 5 "Fundo Patrimonial", constantes do Balanço

Unid: Euros

Rúbricas		Saldo Inicial	Aplicação dos resultados	Regularização da estimativa de IMI	Resultado do exercício	Saldo final	Justificações
51	Património	29.411.780,32				29.411.780,32	
57	Reservas						
	571 - Reservas legais	12.186,15				12.186,15	
	576 - Doações	151.770,45				151.770,45	
59	Resultados transitados	(2.328.197,99)	(550.110,27)			(2.878.308,26)	(a)
88	Resultado líquido do exercício	(550.110,27)	550.110,27		(814.633,23)	(814.633,23)	
TOTAL		26.916.589,86	0,00		(550.110,27)	26.882.795,43	

(a) Transferência do Resultado Líquido do Exercício de 2018 para Resultados Transitados

8.2.29. Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Unid: Euros

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	2.652,52	368.587,58
Compras	341.135,52	318.351,94
Regularizações de existências		
Existências finais	2.369,77	337.175,47
Custos no exercício	341.418,27	348.764,05

8.2.31. Demonstração dos resultados financeiros

Unid: Euros

Código das contas	Custos e perdas	Exercícios		Código das contas	Proveitos e ganhos	Exercícios	
		2019	2018			2019	2018
681	Juros suportados	24.595,90	27.215,97	781	Juros obtidos	5.547,57	13.715,82
682	Perdas em entidades participadas			782	Ganhos em entidades participadas		
683	Amortizações de investimentos em imóveis	2.580,41	2.580,41	783	Rendimentos de imóveis	324.491,08	319.993,28
684	Provisões para aplicações financeiras			784	Rendimentos de participações de capital	4.010,96	
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis			785	Diferenças de câmbio favoráveis		
687	Perdas na alienação de aplic. de tesouraria			786	Descontos de pronto pagamento obtidos		
688	Outros custos e perdas financeiras	6.450,78	9.305,51	787	Ganhos na alienação de aplic. de tesouraria		
	Resultados financeiros	300.422,52	294.607,21	788	Outros proveitos e ganhos financeiros		
	Total	334.049,61	333.709,10			334.049,61	333.709,10

8.2.32. Demonstração dos resultados extraordinários

Unid: Euros

Código das contas	Custos e perdas	Exercícios		Código das contas	Proveitos e ganhos	Exercícios	
		2019	2018			2018	2017
691	Transferências de capital concedidas	18.900,00	27.650,00	791	Resilição de impostos		
692	Dívidas incobráveis			792	Recuperação de dívidas		
693	Perdas em existências		1.833,95	793	Ganhos em existências		
694	Perdas em imobilizações	13.520,00		794	Ganhos em imobilizações	7.314,08	3.089,43
695	Multas e penalidades	1.937,76	1.479,76	795	Benefícios de penalidades contratuais	839,76	388,69
696	Aumentos de amortiz. e de provisões			796	Reduções de amortiz. e de provisões		
697	Correções relativas a exerc. anteriores	157.675,89	29.581,94	797	Correções relativas a exerc. anteriores	111,74	30.013,72
698	Outros custos e perdas extraordinárias		51,00	798	Outros prov. e ganhos extraordinários	601.907,39	635.514,75
	Resultados extraordinários	418.139,32	608.409,94				
	Total	610.172,97	669.006,59		Total	610.172,97	669.006,59

8.2.33. Acréscimos e diferimentos

Unid: Euros

Código da conta	Designação	2019	2018
27.1	Acréscimos de Proveitos		
27.1.1	Juros a receber		4.919,94
27.1.9	Outros acréscimos de proveitos	439.919,70	462.543,95
27.2	Custos Diferidos		
27.2.9	Outros custos diferidos	22.195,35	22.731,96
27.3	Acréscimos de Custos		
27.3.2	Remunerações a liquidar	436.046,02	401.411,68
27.3.3	Juros a liquidar	7.211,62	8.132,18
27.3.9	Outros acréscimos de custos	156.120,70	158.547,80
27.4	Proveitos Diferidos		
27.4.5	Subsídios para investimento	9.290.364,53	8.789.764,19

8.2.34. Estado e outros entes públicos

Unid: Euros

Código da conta	Designação	2019	2018
24	Estado e Outros Entes Públicos		
24.2	Retenção de Impostos sobre Rendimentos		
24.2.1	Trabalho dependente	17.495,00	18.303,00
24.2.2	Trabalho independente	2.102,13	2.236,07
24.2.4	Prediais	175,00	
24.2.7	Pensões		(162,92)
24.3	Imposto Sobre o Valor Acrescentado		
24.3.6	IVA a pagar	22.713,46	27.548,21
24.3.7	IVA a recuperar		
24.5	Contribuições para a Segurança Social		
24.5.1	Assistência na doença dos funcionários públicos		(8,80)
24.5.2	Caixa geral de aposentações	11.838,18	12.039,04
24.5.3	Segurança social – regime geral	41.765,48	54.172,22
24.5.4	Encargos da entidade	27.387,63	58.066,16
24.9	Outra Tributação		
24.9.1	SEFF – Taxas emissão certificado de registo	14,62	7,31

8.2.36. Processos judiciais pendentes

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the letters 'W', 'D', 'Q', 'G', 'A', and 'H'.

Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja

Proc. nº 429/10.6BECBR

A.: Condop – Construção e Obras Públicas, S.A., posteriormente Massa Insolvente de Condop, S.A.

R.: Município de Portel

Pedido: A condenação do Município no pagamento de juros de mora vencidos até 31-12-2009 no montante de 54.911,28€, juros de mora vincendos à taxa legal até efectivo e integral pagamento dos valores em dívida, indemnização no montante de 250.026,33€, 99.999,90 € de garantias bancárias acionadas, 150.500,00€ de custos da suspensão de empreitada entre 13-07-2005 e 19-11-2005, 201.165,70€ de trabalhos realizados e não facturados, 209.712,00€ de custos da suspensão de empreitada entre 28-06-2007 e 06-09-2007, 81.528,00€ referente a equipamentos e 61.800,00€ referentes a materiais.

Aguarda-se prolação da sentença.

Observações: No processo de insolvência nº 2825/07.7TJCBR-E do 3º Juízo Cível de Coimbra (extinto) foi reconhecido o crédito do Município no montante de 91.923,14€.

Comarca de Évora – Inst. Local – Secção Cível – J1

Proc. nº 17/13.5TBPRL

Insolvente : Com Alma – Hotelaria e Turismo, Lda.

Requerente : Caixa Geral de Depósitos e outros

O Município de Portel reclama créditos no valor de 57.729,22€.

Proc. Contra-Ordenação nº 00600/09.3EAEVR

Autoridade Administrativa: ASAE (Direcção Regional do Alentejo)

Arguido: Município de Portel

O Município é acusado da prática de infracção contra-ordenacional (parque infantil) punida com coima entre 2.992,00€ e 34.915,00€. O Município apresentou a defesa, não tendo ainda havido decisão.

Proc. Contra-Ordenação nº 980/10.8EAEVR

Autoridade Administrativa: ASAE (Direcção Regional do Alentejo)

Arguido: Município de Portel

O Município é acusado da prática de 3 infracções contra-ordenacionais (parque infantil) punidas com coimas entre 3.500,00€ e 30.000,00€, 3.500,00€ e 30.000,00€ e 500,00€ e 5.000,00€.

O Município apresentou a defesa não tendo ainda sido proferida decisão.

Comarca de Coimbra – Inst. Local – Secção Cível – J2

Proc. nº 2825/07.7TJCBR-E

Requerente: Grêsmate, Lda. e outros

Reclamação de créditos de CONDOP, S.A.

O Município de Portel reclama crédito comum no montante de 91.923,14€.

Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja

Proc. nº 230/16.3BEBJA

A: Idália do Carmo dos Santos Lourinho

R: Município de Portel

Condenação no pagamento de 100.000,00€ a título indemnizatório.

A acção foi julgada improcedente no TAF de Beja, tendo a A. interposto recurso desta sentença para o Tribunal Central Administrativo.

Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja
Proc. nº 267/17.5BEBJA
A.: Helder José dos Santos Almeida
R.: Município de Portel

O A. impugna a decisão de despedimento e pede o pagamento de 8.000,00€ de danos não patrimoniais e ainda as remunerações auferidas a partir de 01-09-2016 (tendo a CMP revogado a deliberação que aplicou a sanção disciplinar aguarda-se a desistência da acção).

Tribunal Judicial da Comarca de Évora
Proc. nº 1954/17.3T8EVR
Recorrente: Município de Portel
Recorrido: IGAMAOT

O Município de Portel interpôs recurso da sanção contra-ordenacional que o condenou no pagamento de 24.000,00€ acrescidos de 75,00€ de custas por alegada infracção ambiental.

Tribunal Judicial da Comarca de Évora
Juízo de Execução de Montemor-O-Novo
Proc. nº 736/18.0T8MMN

Exequente: Município de Portel
Executado: Rogério Júlio Batalha de Sousa e Menezes
Execução para pagamento da quantia de 2.245,00€ acrescida de juros.

Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja
Proc. nº 525/19.4BEBJA

A.: Helder José dos Santos Almeida
R.: Município de Portel

Acção administrativa na qual se pede a declaração de nulidade do processo disciplinar da demissão do Autor, bem como o pagamento de uma indemnização por danos materiais e morais no montante de 20.283,40€.

Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja
Proc. nº 1402/19.4BEBJA

A.: Helder José dos Santos Almeida
R.: Município de Portel

Acção administrativa na qual se pede a declaração de nulidade da deliberação do júri que o excluiu do concurso para preenchimento de um lugar de assistente técnico no mapa de pessoal da CMP e bem assim a condenação do Réu na obrigação de o admitir ao referido concurso.

Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja
Proc. nº 3080/19.1BEBJA

A.: Luís Manuel Marques Sabino
R.: Câmara Municipal de Portel

Acção administrativa na qual se pede a anulação da decisão de demolição/remoção da construção implantada sem prévio licenciamento municipal.

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTEL

31 de dezembro de 2019

ACTIVO BRUTO

RÚBRICAS	SALDO INICIAL	REAVALIÇÕES / AJUSTAMENTOS	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	SALDO FINAL
45 - DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:						
451 Terrenos e recursos naturais	101 160,18					101 160,18
452 Edifícios					1 054 590,47	36 632 426,03
453 Outras construções e infra-estruturas	35 577 835,56					
455 Bens do património histórico, artístico e cultural			493 501,37		(503 102,60)	264 614,62
459 Outros bens de domínio público	274 215,85					
445 Imobilizações em curso			493 501,37		551 487,87	36 998 200,83
446 Adiantamentos por conta bens domínio público						
43 - DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS						
431 Despesas de instalação	38 340,00				43 114,20	81 454,20
432 Despesas de investigação e desenvolvimento						
433 Propriedade Industrial e outros direitos	13 379,94		29 734,26		(43 114,20)	
443 Imobilizações em curso						
449 Adiantamentos por conta de imobil. incorpóreas	51 719,94		29 734,26			81 454,20
42 - DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS						
421 Terrenos e recursos naturais	747 469,89				8 980,00	754 549,99
422 Edifícios e outras construções	22 464 205,70		68 167,25	(1 899,90)	525 725,67	23 058 098,62
423 Equipamento básico	1 269 881,50		39 841,77		14 495,55	1 324 218,82
424 Equipamento de transporte	1 613 445,60		266 897,70	(12 469,95)	(10 357,70)	1 857 515,65
425 Ferramentas e utensílios	104 710,20		9 496,64		(3 437,85)	110 768,99
426 Equipamento administrativo	2 780 483,67		182 981,64			2 963 465,31
427 Taras e vasilhame						
429 Outras imobilizações corpóreas	347 072,19		12 254,10			359 326,29
442 Imobilizações em curso	820 149,12		1 874 511,81		(1 075 413,54)	1 619 247,39
448 Adiantamentos por conta de imobil. corpóreas			2 454 150,91	(14 369,85)	(540 007,87)	32 047 191,06
41 - DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS						
411 Partes de capital						
412 Obrigações e títulos de participação	295 434,00					295 434,00
414 Investimento em imóveis						
4141-Terrenos e recursos naturais	22 630,00					22 630,00
4142-Edifícios e outras construções	67 890,00		25 000,00		(25 000,00)	67 890,00
415 Outras aplicações financeiras						
4151-Depósitos em instituições financeiras						
4152-Títulos da dívida pública						
4153-Outros títulos						
441 Imobilizações em curso	385 954,00		25 000,00		(25 000,00)	385 954,00
447 Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	66 538 303,40		3 002 386,54	(14 369,85)	(13 520,00)	69 512 800,09
TOTAL GERAL						

Unidade: Euro

G
D

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTEL		31 de dezembro de 2019		
AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES				
RÚBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
485 - DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:				
4851 Terrenos e recursos naturais				
4852 Edifícios				
4853 Outras construções e infra-estruturas	21 720 365,73	1 347 211,05		23 067 576,78
4855 Bens do património histórico, artístico e cultural				
4859 Outros bens de domínio público				
	21 720 365,73	1 347 211,05		23 067 576,78
483 - DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS				
4831 Despesas de instalação	38 340,00			38 340,00
4832 Despesas de investigação e desenvolvimento				
4833 Propriedade Industrial e outros direitos				
	38 340,00			38 340,00
482 - DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				
4821 Terrenos e recursos naturais				
4822 Edifícios e outras construções	5 984 640,89	724 873,88		6 709 514,77
4823 Equipamento básico	919 477,99	90 644,52		1 010 122,51
4824 Equipamento de transporte	1 184 695,89	98 802,13	(12 469,95)	1 271 028,07
4825 Ferramentas e utensílios	101 236,26	3 561,01		104 797,27
4826 Equipamento administrativo	2 240 622,26	170 321,16		2 410 943,42
4827 Taras e vasilhame				
4829 Outras imobilizações corpóreas	253 635,65	20 167,81		273 803,46
	10 684 308,94	1 108 370,51	(12 469,95)	11 780 209,50
481 - DE INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS				
4811 Terrenos e recursos naturais				
4812 Edifícios e outras construções				
48121 Edifícios	25 804,10	2 580,41		28 384,51
48122 Outras construções				
	25 804,10	2 580,41		28 384,51
TOTAL GERAL	32 468 818,77	2 458 161,97	(12 469,95)	34 914 510,79

Unidade: Euro

G
D

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTEL		31 de dezembro de 2019		
PROVISÕES ACUMULADAS				
RÚBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
291 - PARA COBRANÇAS DUVIDOSAS:				
2911 Clientes, contribuintes e utentes	229 057,66	12 736,67		241 794,33
2912 Empréstimos concedidos (FAME)	9 108,93			9 108,93
	238 166,59	12 736,67		250 903,26
292 - PARA RISCOS E ENCARGOS:				
2921 Processos judiciais em curso	1 244 210,21			1 244 210,21
	1 244 210,21			1 244 210,21
TOTAL GERAL	1 482 376,80	12 736,67		1 495 113,47

Unidade: Euro

J. H. Oey

W. J. J.

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTEL		31 de dezembro de 2019	
DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS			
MOVIMENTOS	MERCADORIAS	MATÉRIAS-PRIMAS SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	
Existências Iniciais	2 652,52	368 587,58	
Compras	341 135,52	318 351,94	
Regularizações de Existências			
Existências Finais	2 369,77	337 175,47	
CUSTOS NO EXERCÍCIO	341 418,27	349 764,05	

Unidade: Euro





CÂMARA MUNICIPAL DE PORTEL		31 de dezembro de 2019					
		DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS					
Código das Contas POCAL	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		Código das Contas POCAL	PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
		2019	2018			2019	2018
681	Juros suportados	24 595,90	27 215,97	781	Juros obtidos	5 547,57	13 715,82
682	Perdas em entidades participadas			782	Ganhos em entidades participadas		
683	Amortizações de investimentos em imóveis	2 580,41	2 580,41	783	Rendimento de imóveis	324 491,08	319 993,28
684	Provisões para aplicações financeiras			784	Rendimentos de participações de capital	4 010,96	
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis			785	Diferenças de câmbio favoráveis		
				786	Descontos de pronto pagamento obtidos		
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	6 450,78	9 305,51	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria		
688	Outros custos e perdas financeiros	300 422,52	294 607,21	788	Outros proveitos e ganhos financeiros		
	RESULTADOS FINANCEIROS	300 422,52	294 607,21				
	TOTAL GERAL	334 049,61	333 709,10		TOTAL GERAL	334 049,61	333 709,10

Unidade: Euro

[Handwritten signatures and initials]

